

Um discurso sobre ciência, religião e liberdade no Segundo Reinado: *A Alma e o Cérebro*, de Gonçalves de Magalhães

A discourse about science, religion and liberty in the Second Empire: The Soul and the Brain of Gonçalves de Magalhães

KAORI KODAMA

Programa de Pós-Graduação em História - PUC Rio

RESUMO: É conhecido que o movimento romântico no Brasil e a consolidação do Estado imperial durante o Segundo Reinado tiveram estreitas relações. Domingos José Gonçalves de Magalhães foi um dos maiores representantes desse movimento e, ao mesmo tempo, um dos letrados de maior prestígio de sua época, que lidou com os aspectos gerais daquela sociedade, tanto na participação nos debates sobre os valores morais e formas de conhecimento nela criados, quanto na contribuição ativa em um projeto cultural para o Império. Com este artigo visa-se a realizar um estudo de caso, por meio de um trabalho sobre fisiologia e psicologia de Gonçalves de Magalhães, em defesa da liberdade da “alma”, frente ao conhecimento do homem por meio do sensualismo e do materialismo. A Alma e o Cérebro – escrito por Gonçalves de Magalhães em 1876, no período de avanço das teorias positivistas e evolucionistas – teria uma recepção negativa da “nova geração” que já tecia críticas não só aos cânones científicos e filosóficos do Império, como à ordem escravista como um todo. Considerado por tais críticos como “pseudocientífico” e representante da corrente eclética da filosofia da primeira metade do século XIX, o estudo de Magalhães fornece, entretanto, elementos para refletir as relações que estabelecia entre filosofia, religião, ciência e a moral que regiam sua visão sobre a sociedade imperial e sua atividade como letrado.

Palavras-chave: segundo império; romantismo; positivismo; evolucionismo.

ABSTRACT: The narrow relations between the Brazilian Romanticism and the project of nation building elaborated by literates in the Second Regency are well known. Domingos José Gonçalves de Magalhães was one of the founders of the project that has as a goal not only the constitution of a national literature, but also the formation of the cultural field for the imperial society. The effort of such a cultural project could affect modes of decision making, values, forms of knowledge, conceptions of social order, and the organization of the State. This article aims to make a case-study of a work written by Gonçalves de Magalhães on physiology and psychology, where he defends the liberty of the soul, against sensationalism and materialism as the form of knowledge of man.

The book, entitled The soul and the brain, was written in 1876 in a period when secular and evolutionist theories were conquering space. Magalhães’s work had a negative reception among the new generation, which was already making critics not only of the scientific and philosophical canons of the Empire, but also of the entire slavery order. Considered by these critics as a pseudo-scientific work, however, the study provides elements to discuss the interconnections that he established for philosophy, sciences and moral values, and his choices made to question the imperial society and his ideal of nation.

Key words: Second regency; romanticism; positivist; evolutionist.

Mistério não é uma palavra vã, filha do engano, e que um dia desaparecerá; o mistério é uma forma de verdade; como impossível é, por mais que as gerações se sucedam, que o homem atinja a última verdade, por impossível que ele se eleve em sabedoria ao Ser Supremo, o mistério existirá sempre neste vale de lágrimas (Gonçalves de Magalhães, 1876).

Domingos José Gonçalves de Magalhães, o visconde de Araguaia, é lembrado na história da lite-

ratura brasileira como um dos introdutores do romantismo no Brasil. Editor da revista *Niterói*, que publicara em 1836, juntamente com Manoel de Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem, é também o autor de *Discurso sobre a História da Literatura no Brasil, Suspiros Poéticos e Saudades* e *A Confederação dos Tamoios*, obra que seria alvo da polêmica engajada por outro autor romântico, José de Alencar. Não obstante seu nome esteja para sempre associado à história da literatura, como fundador e guia de toda uma geração romântica¹, há que se notar a poligrafia que o caracterizou: foi tanto poeta e autor de peças de teatro, como membro ativo do governo imperial, tendo acompanhado por duas vezes Luiz Alves de Lima e Silva, como secretário de governo no Maranhão, por ocasião da Balaiada, e, posteriormente, no Sul, nas negociações com os Farrapos. De sua participação nos sucessos da Balaiada resultara um trabalho histórico que escrevera sobre aqueles acontecimentos e que punha em relevo a figura do futuro barão de Caxias – “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1840” –, trabalho que seria laureado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ainda por diversas outras inserções, como deputado, diplomata e autor de trabalhos filosóficos, Magalhães se mostrava não só como um dos maiores representantes da geração letrada que daria sustentação a um projeto romântico que se engajaria na consolidação do próprio Estado imperial, mas como um pensador cujos ideais frente a essa sociedade imperial que se construía refletiam diversos aspectos dos valores conflagrados na visão de ciência, religião e moral de seu período. Sua trajetória de vida e sua formação podem, assim, ser tomadas como uma medida de seu compromisso com a constituição do campo intelectual sob o Império, o que acabaria também, em certo sentido, entrelaçando o destino de ambos.

Gonçalves de Magalhães fizera seus estudos em medicina e completaria sua formação em 1832, no Colégio Médico-Cirúrgico, anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro. Já médico e dizendo-se “mais interessado pela poesia, religião e filosofia do que pelas artes hipocráticas”², partira para a França, a fim de ampliar seus estudos. Seria durante a estada na Europa, entre Paris e Itália, que criaria a revista *Niterói*, juntamente com outro romântico, Manoel de Araújo Porto Alegre, seu companheiro de movimento e amigo por toda a vida. Segundo Porto Alegre, que esboçara a biografia do amigo, Magalhães freqüentara em Paris os cursos da Escola de Medicina, do Colégio de França, e da Escola de Direito e de Filosofia, assistindo ainda às aulas do filósofo eclético Jouffroy. É dessa formação filosófica e médica que se podem extrair as bases de seus artigos e ensaios filosóficos, dentre os quais *A Alma e o Cérebro: Estudos de Psicologia e Fisiologia*, do qual pretendemos aqui tratar.

É preciso, antes de tudo, esclarecer o significado do subtítulo “estudos de psicologia e fisiologia” de sua obra: o autor pretendia abordar, em continuidade com o seu ensaio de filosofia *Fatos do Espírito Humano*, de 1858, os temas da consciência humana e do conhecimento, a partir da tradição filosófica, em oposição à fisiologia e ao materialismo. *A Alma e o Cérebro* fora publicada em Roma, em 1876. Mais de uma década separava o ano da publicação e o início da escrita de seu trabalho, pelo que se pode extrair de uma carta enviada a Porto Alegre, datada de 25 de abril de 1862, em que confessava que já se empenhava nesse seu novo escrito: “Estou escrevendo uma obra volumosa. É um estudo filosófico, fisiológico e frenológico das faculdades humanas. Há muita coisa nova. Já tenho 160 páginas”³.

Interrupções freqüentes em função das viagens, missões diplomáticas, além da morte de um filho, devem ter influenciado sobre o prolongado interlúdio. O longo tempo de elaboração pode também ter contribuído para que aumentasse sua própria expectativa no que se refere à recepção que aquela obra teria no Rio de Janeiro⁴, como ele mesmo relata nas correspondências com Manoel de Araújo Porto Alegre. A resposta não demoraria muito. Logo no ano seguinte à edição dos estudos, o positivista José Eduardo Teixeira de Souza⁵ publicava sua crítica, acusando um dos intelectuais de maior prestígio

do Império de ter escrito uma obra “pseudocientífica”⁶, em descompasso com as novas teorias mais do que admitidas pela ciência. Silvio Romero também já lhe havia criticado negativamente o trabalho anterior – *Fatos do Espírito Humano* –, do qual *A Alma e o Cérebro* era em boa parte uma continuação. Em 1878, quando era impressa sua *Obra Filosófica*, Silvio Romero tratava de desmerecer os trabalhos filosóficos de Magalhães de qualquer validade, para fixá-lo como legado válido somente para a história da literatura brasileira⁷. Tal era o modo com que seus oponentes desqualificavam a obra de Magalhães por um desconhecimento científico, que se julgaria aqui para nós inútil seguir seus estudos, não fosse o tom mesmo da crítica revelador do embate de gerações que ali ocorria.

As críticas arremessadas sobre Gonçalves de Magalhães inseriam-se em um contexto específico, quando a “geração de 1870” anunciava a busca de uma modernização ao sistema político-social do Brasil, aliada às novas teorias de reforma social que celebravam as vogas científicas do momento, e cujo extrato seria retirado de obras como as de Littré, Taine, Buckle e Renan. De certa forma, autores como Silvio Romero ou o crítico de *A Alma e o Cérebro*, Teixeira de Souza, viam em Gonçalves de Magalhães a personificação dos fundamentos culturais que deram base de sustentação ao Segundo Reinado, cujas instituições então se mostravam em crise⁸. A postura de Magalhães ia contra o avanço dos novos postulados apropriados do debate científico – e que esse autor identificava em grande parte com a corrente materialista – que ganhavam terreno no Brasil e que procuravam fazer a crítica aos cânones do conhecimento formados no Império, representados, sobretudo, na filosofia eclética.

O ecletismo havia sido a corrente filosófica mais difundida nos centros acadêmicos do Império e apresentava entre um de seus maiores difusores justamente Gonçalves de Magalhães⁹. Tratava-se, assim, não apenas de uma desqualificação dos trabalhos filosóficos de Magalhães levada a cabo por positivistas e oponentes da filosofia metafísica. Aquela desqualificação também forneceria para os contemporâneos a impressão de uma ultrapassagem para uma nova era.

Em contrapartida, o ceticismo de Magalhães frente às vogas científicas defendidas por parte da nova geração fundamentava-se na sua convicção de que o que ocorria, naquele momento, era em certa medida uma *repetição* do sensualismo e naturalismo do século XVIII no campo do conhecimento. Assim como o naturalismo, que dera lugar às teorias frenológicas de Franz Joseph Gall e Johann Gaspar Spurzheim, o materialismo, o darwinismo e o positivismo defendidos pela nova geração davam lugar, a seu ver, a teorias que agrediam a liberdade do homem. Como se o tempo das idéias também passasse por ritmos cíclicos, o filósofo-diplomata-poeta, ao defender suas idéias contra essa nova geração, cria estar lidando com algo com que já havia se defrontado em sua juventude, o que forçosamente o fazia rever seus argumentos no momento em que escrevia.

Como afirmara Roque Spencer M. de Barros, é preciso retirar das análises que a geração posterior imputou a Magalhães a respeito de seus trabalhos filosóficos o esforço consciente que este buscara em elaborar uma leitura filosófica a partir de um engajamento ao seu projeto cultural. Com isso, procura-se compreendê-los em seu contexto histórico, nas indagações que o levavam a refletir as relações entre a filosofia, a moral e o conhecimento. Nesse sentido, é possível, primeiramente, estabelecer o papel de destaque que em seu pensamento ganhava a filosofia, como já anunciava no ensaio *Fatos do Espírito Humano*:

[...] da filosofia dependem mais ou menos todas as ciências, principalmente as morais e políticas, das quais tanto precisa um povo livre, que aspira a tomar um lugar distinto entre as nações civilizadas; o que só se consegue com a elevação da inteligência a tudo o que é belo, bom e justo; e todos podem cultivar a filosofia sem prejuízo, antes com muita vantagem, de todas as outras ciências e interesses¹⁰.

O estudo *A Alma e o Cérebro* seguiria em vários aspectos esse trabalho anterior, posto que ali reafirmaria o primado da filosofia e do espírito frente à matéria e ao conhecimento desta por meio da ciência. Em *A Alma e o Cérebro*, Magalhães faria a crítica dos estudos fisiológicos como sendo a base para a realização dos estudos sobre o homem. Para ele, todo estudo sobre o homem deveria concernir à busca do campo moral, premissa que nos revelaria algumas de suas concepções mais amplas sobre o conhecimento, e que implicaria igualmente as formas de ação do homem de letras sobre a sociedade. Pode-se dizer ainda que suas críticas à ciência mostravam-se bem menos redutíveis às contestações dos jovens positivistas do que a princípio se poderia supor, malgrado o otimismo dos materialistas, na busca por respostas pela ciência sobre o homem e o universo. Para nós, sem querer entrar no mérito de seus argumentos científicos, as idéias presentes em *A Alma e o Cérebro* mostram-se frutíferas por abrirem um espaço para a reflexão das relações que o próprio Gonçalves de Magalhães estabelecia entre suas concepções filosóficas, seu *ethos* sobre o homem e seu projeto civilizatório para o Império.

Para enfeixar as críticas aos materialistas no campo de sua explicação sobre a consciência, Magalhães partia a escrever tratando das contradições existentes entre os dois campos de estudo, a psicologia e a fisiologia, por meio das divergências face à explicação do problema, anunciando ao mesmo tempo uma resolução. As divergências entre os dois estudos estavam, segundo ele, nas bases teóricas que os sustentariam, a psicologia, entendida como o estudo filosófico do conhecimento do homem, e a fisiologia, o seu estudo orgânico. A resolução prevista pelo autor teria por fundamento o que seria o motivo maior de crítica dos materialistas: a subordinação do estudo fisiológico ao campo da filosofia metafísica. Tal subordinação era constatada, em primeiro lugar, pela impossibilidade de redução das faculdades intelectuais e morais do homem frente ao conhecimento prévio da natureza, e em segundo lugar, pela existência de uma relação de necessidade que se estabelecia entre os órgãos e a alma.

Os materialistas com quem Magalhães discutiria na década de 1870 se baseariam, a seu ver, nas mesmas premissas dos trabalhos frenológicos de Franz Joseph Gall e Johann Gaspar Spurzheim¹¹, de fins do século XVIII e início do XIX. A doutrina frenológica pregava a possibilidade de localizar topograficamente no cérebro as faculdades psicológicas inatas que capacitavam as funções mentais, como, por exemplo, um órgão cerebral do tom, que realizava a habilidade musical em uma pessoa. O cérebro seria, assim, o órgão da mente. Um corolário disso era que uma vez que os contornos do córtex cerebral eram seguidos pelos contornos do crânio, seria possível listar as capacidades mentais inatas a partir do exterior da cabeça e, dessa forma, determinar a própria mente¹². Certamente, Gonçalves de Magalhães, por sua formação médica, e tendo estudado em Paris na década de 1830, no auge da voga dos estudos craniométricos¹³, teria entrado em contato com as teorias frenológicas, que atingiriam seu maior grau de popularidade nas primeiras décadas do século XIX.

Para Magalhães, embora a indagação de Gall quanto à possibilidade de estabelecer o estudo do “intelectual e moral do homem” fosse legítima, mostrava-se errado ao afirmar seus “princípios fundamentais” com base nas inclinações, afeições e instintos como forma de conhecimento. As teorias de Gall, para Magalhães, anulariam o “ser único que em nós pensa, e que repele a anarquia de tantas forças primitivas, de tantos centros de pensamento”¹⁴. A seu ver, a frenologia endossava as teorias fatalistas, contra o livre-arbítrio, onde o homem estaria submetido “ao império do destino”, “que ora o fixa ao escolho como uma ostra inerte, ora o eleva em turbilhão como a poeira”¹⁵.

O visconde de Araguaia argumentava contra Gall defendendo a distinção entre o que denominava de força vital motriz, que dizia respeito ao domínio orgânico, e a *vontade* e a própria consciência. A primeira seria o impulso básico que compartilhamos com os animais, já a vontade e a consciência

seriam de domínio exclusivamente humano, onde se incluiria também a capacidade do sentimento moral e da criação artística.

A força vital motriz – fundamental para o estabelecimento de uma relação entre as sensações que temos das coisas e os fenômenos exteriores – não poderia reger, por exemplo, nossa imaginação. Para Magalhães, a imaginação seria inalcançável pela matéria. Assim, a natureza, transposta para a imaginação, não necessariamente se remeteria ao dado exterior, o que conferiria a essa última um papel criador revelado pelo espírito, sempre insubordinado à matéria. E dessa feita reafirmava a valorização do espírito e do gênio, como aquilo que é concebido por Deus. Nesse sentido, sua defesa coadunava-se com a perspectiva romântica atribuída ao gênio, o que reforçava também o papel dos homens de letras, no plano da concepção de um projeto educador e formador da “mocidade”, como defendia o grupo romântico ligado a Pedro II.

A partir da distinção que estabelecia entre força vital motriz e vontade, o pensador postulava a existência de duas esferas diferenciadas, a do domínio da arquitetura orgânica que rege o corpo e a do domínio da inteligência, como nota nesta passagem:

Pode o nosso corpo receber impressões, que transmitidas ao cérebro, mesmo sem ser por nós sentidas, impilam a força motriz orgânica a certos movimentos involuntários; e podemos ter sensações sem impressões externas, como acontece nos sonhos e nas alucinações, e sem que essas sensações provoquem movimentos; quem sonha que anda nem por isso põe em movimento de locomoção o seu corpo¹⁶.

Mas ao mesmo tempo em que Gonçalves de Magalhães fazia a distinção entre as duas esferas, que opunham matéria e espírito, por outro lado almejava em seus argumentos dar fundamentos para uma ligação entre ambas. Seu caminho encontrado, no entanto, estabeleceria entre as duas esferas sempre uma hierarquia.

Era com base na ligação entre as duas instâncias que Magalhães definia o papel, por exemplo, da memória. Esta criava o nexos entre os fenômenos e a inteligência. Por meio das sensações, a realidade é apreendida, e com elas o cérebro “registra” a experiência, que está na base do aprendizado da linguagem, “de todas as suas comparações, juízos, raciocínios, generalizações, induções, concepções e invenções”. Diria:

Com efeito, sem a memória dos fenômenos sensíveis não haveria para nós experiência possível, nem linguagem articulada, e faltariam à nossa inteligência as condições indispensáveis para o seu exercício, e produção das idéias de tempo, de espaço, de cousa, de substância, do justo, e de outras muitas idéias puramente racionais¹⁷.

Mas a inteligência não sairia por isso como dependente das sensações mesmas, como diz logo em seguida: “Não que essas idéias se formem pelo concurso e combinação da memória das sensações, mas porque sem essa memória não teria o espírito a condição para as tirar de si mesmo”¹⁸.

Embora Magalhães admitisse que a memória não era um dado formado objetivamente, envolvendo um processo subjetivo, ela acabava por assumir um papel de subordinação ao papel da imaginação, posto que a imaginação seria autônoma à memória:

A memória, falando com exatidão, consiste antes na consciência da identidade do ser racional que se reconhece sempre o mesmo em relação às suas idéias passadas e presentes, do que na reprodução das mesmas idéias. Mas, como o espírito contempla mais habitualmente as suas próprias idéias, e o modo pelo qual elas se apresentam, do que a si mesmo, considera por conseguinte a memória antes pelo lado da fiel reprodução das idéias, do que pelo lado do seu reconhecimento, e chama imaginação tão somente a uma combinação nova interior dessas mesmas idéias¹⁹.

Com base na hierarquia que supõe entre a alma e o cérebro – este que seria o elemento corpóreo –, o autor explicitava uma série de outras distinções, marcadas sempre pela bipolaridade intermediada por uma relação de subordinação, como as existentes entre vontade e força vital motriz; entre as sensações e as impressões; entre atos conscientes e não-conscientes; entre inteligência e instinto, entre imaginação e memória.

Dessas hierarquizações feitas por Magalhães, pode-se retirar tanto a relação entre aqueles pólos contrapostos, como a afirmação da irredutibilidade do campo do espírito, este reservado a um plano que teria por aspiração o divino, que enfim arquetariaria entre os pólos um equilíbrio constante.

A distinção que faz da força vital motriz e a vontade se baseava ainda em uma outra: a da diferença por *natureza*, entre os homens e os animais. A seu ver, a diferença entre os animais e os homens é intransponível e essa diferença se desdobra na impossibilidade de se deduzir dos elementos orgânicos da vida a própria “consciência”, onde Magalhães fundamentava a própria definição de homem. A consciência, por sua vez, é sempre igual a si mesma, tida como identidade do “eu”, e tida também como uma ação da *vontade*²⁰. Magalhães demonstraria a desconfiança de se tomar o estudo dos animais para a melhor compreensão dos processos fisiológicos humanos no que concerne ao estudo do cérebro. Desse modo, sua posição mantinha-se absolutamente contrária à dos materialistas modernos, que tomariam os estudos fisiológicos como capazes de revelar a verdade sobre o homem. Ora, tal perspectiva estava estreitamente ligada com suas próprias crenças esboçadas em outros escritos que comentaram os estudos antropológicos do homem, sobretudo no que concernia aos índios. Em 1860, Gonçalves de Magalhães escreveria um arrazoado intitulado “Os Indígenas do Brasil perante a História”, em defesa de seu poema *A Confederação dos Tamoios*, contra as críticas de Francisco Adolfo de Varnhagen ao indianismo brasileiro. Como toda aquela geração romântica, incluindo nela o próprio Varnhagen, Gonçalves de Magalhães propendia ao monogenismo e ao apego à tradição bíblica sobre as origens dos ameríndios, indicando também suas desconfianças em relação aos estudos que tendiam a afirmar o poligenismo²¹.

Pode-se dizer que as novas tendências científicas no Brasil, ao derrocarem a filosofia eclética e ampliarem o campo das discussões médicas, implicavam também a abordagem do conhecimento do homem a partir da antropologia física, que ganhava cada vez mais terreno tanto no cenário europeu quanto nacional, quando o debate racial emergia a partir da biologia e medicina para a discussão sobre a formação da nação²². Ora, se Magalhães entendia que haveria uma diferença dada por natureza entre homens e animais, ele também afastava a compreensão do específico humano a partir do seu estudo físico. Esse estudo, cujo teor era determinista, não alcançaria a dimensão espiritual do homem e nada diria a respeito da liberdade. Em *A Alma e o Cérebro*, o autor retomaria assim uma questão que lhe parecia fundamental: repensar a questão da liberdade, que para Magalhães, parecia ter sido despojada pelos cientificistas. Era preciso, para o visconde, repensar o lugar que teria a liberdade, como um elemento de construção moral do homem, do qual deveria dar a luz, a seu ver, à formação da ordem social e à nação que dela emergisse.

Para Magalhães, a ordem do humano só poderia ser definida a partir da idéia de liberdade, tida também como livre-arbítrio. No entanto, é preciso esclarecer de que forma o pensador construía tal idéia: o livre-arbítrio ou consciência, que é definidor do homem, seria uma dádiva divina, e sempre circunstanciado pela necessidade e fatalidade. Era nesse frágil equilíbrio conciliador que se encontrava a chave para a compreensão de seu empenho filosófico e que em muito tocava a própria ordem que constituía a sociedade no Império. Reconhecendo o peso de uma ordem providencial, Magalhães buscava pensar a possibilidade de ação dos homens frente a ela:

A ordem providencial de todas as coisas pesa invencivelmente sobre nós, ainda que pela vontade lhe resistamos. Mas para a ordem moral e social, que também faz parte da ordem providencial, basta essa resistência voluntária, basta a consciência de que podemos resolver-nos por nós mesmos, que certos atos dependem da nossa livre determinação, e que por eles somos responsáveis²³.

Magalhães tinha por pressuposto que a liberdade era sempre observada nas circunstâncias concretas e, portanto, condicionada pelas necessidades²⁴. Isso porque ela era construída pela ação humana, como um fruto da civilização, cujo alcance mais elevado seria tocado pela Providência. A crença na intervenção da Providência também estaria presente em *A Confederação dos Tamoios*, onde o extermínio dos tamoios, que morreriam “livres”, daria lugar por fim à fundação da cidade do Rio de Janeiro²⁵.

Como afirma Ubiratan Borges de Macedo, a liberdade em Magalhães está em função do social, é “uma evidência social, um postulado indiscutido da sociedade liberal e não um mero problema psicológico individual, a ser depois aplicado na sociedade”²⁶. É dessa forma que, apesar de a definição do homem ser baseada na liberdade, seria possível conceber sociedades não-livres:

Se a Providência não outorgou maior poder de execução ao nosso livre-arbítrio, foi porque previu o abuso que dele faríamos, como o provam aqueles que pelo tácito consentimento dos seus semelhantes se elevam ao absoluto mando²⁷.

Tal perspectiva sobre a liberdade convergia para seu projeto de construção da nação no Império, onde a existência da escravidão não impediria, até certo ponto, o avanço do campo da liberdade em paralelo ao avanço da civilização – o qual era posto em prática principalmente por meio da educação de base religiosa. Em 1836, já afirmaria em *Philosophia da Religião* que [...] a religião é indispensável à sociedade, que ela contém todos os elementos da civilização, que é a fonte da filosofia, a base da moral, a origem do entusiasmo, e a criadora das artes²⁸.

Não por acaso, em 1847, ao presidir a comissão para a Instrução Pública, Magalhães propunha introduzir o ensino da religião oficial mesmo nas escolas não-católicas²⁹.

A partir do que afirmava a respeito da liberdade, entendida como vontade humana condicionada pelas contingências e pelas conseqüências de suas próprias ações, é que o pensador poderia justificar as desigualdades entre as sociedades como um exercício diferenciado da liberdade, pois a transformava em um mérito adquirido pela moral e pela vida policiada. fornece um exemplo a esse respeito ao refletir sobre a noção de propriedade, do qual deduz que não teria qualquer equivalente dessa idéia em algum órgão cerebral, mas que seria ela um derivado da vida em sociedade.

Por meio da distinção básica entre natureza humana e natureza animal é que o autor tece a crítica às teorias atômicas e à teoria da evolução, que Magalhães chama de um “romance zoológico”. Duas críticas básicas são levantadas por Magalhães contra as teses atômicas. Em primeiro lugar, devido à contradição de pressuporem, sem a observação empírica, a existência do átomo, como afirma Büchner³⁰. Em segundo lugar, porque os materialistas e defensores da teoria atômica mostravam-se contraditórios ao afirmarem, sem no entanto o suporem, a existência de um Deus *ex-maquina*. Diria Magalhães:

Em virtude dessa nova origem de idéias que adotam, reconhecem a existência de um ser incriado, eterno, imortal, infinito, necessário e incompreensível, do qual tudo depende; somente por um capricho de sistema não querem que esse ser incriado se chame Deus Criador, e sim matéria! Questão de nome, e a dizer a verdade, bastante ridícula, inconveniente, insustentável, e que só serve para desacreditar a ciência³¹.

Principalmente porque a idéia mesma de uma substância eterna e infinita, para Magalhães, “nada

explica do que observamos, senão reconhecendo-a onipotente, criadora e ordenadora, e por conseguinte inteligente e voluntária”.

As conseqüências funestas das teorias materialistas estariam para ele na negação da liberdade, por deixarem a ordem moral reduzida a um fatalismo orgânico e por abandonarem de lado os problemas da filosofia, passando sobre ela uma *tabula rasa*.

Apesar de toda sua crítica, Gonçalves de Magalhães não procurou contestar o conhecimento científico em si, e não foi dessa forma um estrangeiro de seu próprio tempo. Pode-se mesmo dizer que *A Alma e o Cérebro* era em parte uma tentativa de dar um lugar à ciência em seu pensamento, ao buscar estabelecer as relações – por meio sempre de uma hierarquia – entre os dados da matéria, sem o aniquilamento do espírito. Comparava a ciência à busca da pedra filosofal, que imputada à alquimia, nunca se descobriu, mas trouxe importantes descobertas para a química e física. Procurava, por sua vez, combater as críticas dos materialistas e evolucionistas contra a metafísica diante da insuficiência de suas teorias. Sobre as afirmações desses contestadores do espírito, afirmava que “não é a ciência que fala pelos seus lábios, é a presunção do sistema”³². Esta também seria a posição de outro artista brasileiro mais jovem, antenado com o debate científico na Europa³³. Era o pintor Pedro Américo, por quem Magalhães sustentaria simpatia, seja pela sintonia de algumas idéias, seja pelo grau de relações pessoais, pois o primeiro era genro de seu velho amigo Porto Alegre³⁴.

Certos pontos em comum poderiam ser destacados entre os dois homens, de diferentes gerações. Pedro Américo seria o pintor dos grandes temas nacionais, como Magalhães se preocupava em definir, em um momento anterior àquele, quais eram as temáticas eminentemente nacionais na literatura. Ambos também se mostrariam céticos quanto a algumas idéias, como a corrente positivista, então proclamadas pela nova geração. No caso de Magalhães, entretanto, suas críticas ao evolucionismo darwiniano e ao positivismo, entre outras correntes em que via se atentar contra o “espírito” ante a “matéria”, merecem ser vistas como a afirmação de seu postulado moral, alicerçado na religião, que deveria fundamentar, a seu ver, a construção da própria sociedade imperial. Para ele, o conhecimento científico não poderia ser o único lume capaz de guiar os destinos nacionais, pois que aqueles revelariam somente o contingente e o necessário do campo humano.

Ainda, em Magalhães, as relações de suas idéias com sua história de vida, profundamente entrelaçada com os destinos do Império, são por demais fortes. *A Alma e o Cérebro* fora publicado em 1876, quando Magalhães se encontrava em Roma, intermediando junto à Santa Sé a questão religiosa que eclodia no Império, anunciando o desarmamento de um de seus pilares. Católico fervoroso, que quando jovem quase vestiu a batina – não fosse por seu preceptor Monte Alverne, que o dissuadiria da idéia –, defenderia ainda a religião católica como o fundamento de toda a moral em pleno momento da reação ultramontana da Igreja. Tão forte era sua crença e inabalado o acato ao Papa, que exultaria com as comemorações do jubileu do episcopado de Pio IX, em 1877. Diria em carta a Porto Alegre:

Não podes fazer idéia da quantidade imensa de oferendas que o Santo Padre tem recebido por ocasião do jubileu do seu episcopado. Basta dizer-te que enchem toda a longa galeria das cartas geográficas, onde estão expostas, e importam em muitos milhões de francos, sem falar das grandes quantias, montando também em milhões de francos, que os peregrinos de todas as partes do mundo têm posto aos pés do pontifício. É uma manifestação solene dos sentimentos católicos contra a impiedade revolucionária, que tenta destruir o catolicismo³⁵.

Em meio a diversas missões diplomáticas, nas questões mais fundamentais do Império, em Buenos Aires e em Washington, quando da Guerra do Paraguai, e na Santa Sé, quando da questão religiosa, Magalhães iria passando de postos e condecorações, e de títulos de barão para de visconde de Araguaia.

Na tentativa de resolver as questões impostas pela filosofia no campo pessoal, Magalhães mostrava-se um conciliador. A conciliação, mais do que a expressão de um tempo político reclinado à construção de um liberalismo específico dentro de uma sociedade escravocrata, era de certa forma sua crença profunda manifesta inclusive na sua própria função de homem do Estado, como membro do corpo diplomático. Morreria em 1882, em Roma, tendo publicado dois anos antes uma última obra, *Comentários e Pensamentos*, na qual insistiria em contestar as teorias darwinistas. Mas se puséssemos em um pêndulo a busca pelo equilíbrio entre sua filosofia e crença religiosa, ali se revelaria sua última conciliação, esta dada com Deus. Com toda a adversidade dos novos tempos e “do bando de idéias novas”, a missão do visconde de Araguaia se cumpria na defesa de suas idéias, que seus jovens oponentes insistiam em decretar a morte, junto com os últimos anos do Segundo Reinado.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Kaori Kodama é doutoranda em História na PUC-RJ. E-mail: kaorikodama@uol.com.br

- 1 Cf. CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 7. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993, v. 2, p. 48.
- 2 Cf. SIDOU, José Maria Othon. Gonçalves de Magalhães [Discurso de posse na cadeira n. 9]. Rio de Janeiro: ABL, 1988.
- 3 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Epistolário acadêmico (cartas a Manoel de Araújo Porto Alegre). In: Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, v. 44, abr.-maio, 1934, p. 112.
- 4 *Ibidem*.
- 5 Teixeira de Souza também seria formado em medicina, tendo defendido uma tese sobre a influência das experiências fisiológicas no progresso da medicina prática. Foi um dos primeiros aderentes da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro. Cf. LINS, Ivan. História do positivismo no Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.
- 6 SOUZA, José Eduardo Teixeira de. A alma e o cérebro: estudos de psicologia e fisiologia por D. J. Gonçalves de Magalhães. Artigos bibliográficos publicados na Reforma, Rio de Janeiro, 1877.
- 7 Silvio Romero não cita os estudos de A Alma e o Cérebro neste livro. Refere-se sempre aos Fatos do Espírito Humano de 1858. Mas crê, convictamente, estarem inalteradas as opiniões do “quase romântico” Magalhães no ano em que escreve a Obra Filosófica, em 1876.
- 8 Para o estudo das principais correntes dessa geração: ALONSO, Ângela. Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.
- 9 Sobre a formação da corrente eclética, ver Antonio Paim, para quem as idéias ecléticas não foram uma simples cópia do sistema cousiniano mas “de uma livre interpretação”, que, entretanto, agregaram-se a uma tradição, formando, a seu ver, o “suporte último da consciência conservadora em formação”. Paim, Antonio. História das idéias filosóficas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Grijalbo, 1974, p. 203.
- 10 Citado por BARROS, Roque Spencer Maciel de. A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1973, p. 202.

- 11 Os dois médicos se formaram em Viena e realizaram a maior parte de suas pesquisas em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX. Sobre a frenologia e o contexto de suas idéias, ver: Shapin, Steven. Homo phrenologicus. In: Shapin, Steven & Barnes, Barry. Natural order. Beverly Hills/London: Sage, 1978.
- 12 *Ibidem*.
- 13 Considere-se ainda que naquele momento era forte a predominância dos estudos anatômicos nas ciências naturais, desenvolvidos principalmente por Cuvier. Ver: BLANCKAERT, Claude. On the origins of french ethnology: William Edwards and the doctrine of race. In: STOCKING Jr., George W. (Ed.). Bones, bodies, behavior. London: University of Wisconsin Press, 1988.
- 14 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. A alma e o cérebro: estudos de psicologia e fisiologia. Roma: Typographia Fratelli Pallotta, 1876, p. 82.
- 15 *Ibidem*, p. 15.
- 16 *Ibidem*, p. 83.
- 17 *Ibidem*, p. 356.
- 18 *Ibidem*.
- 19 *Ibidem*.
- 20 Segundo Ubiratan Borges de Macedo, as idéias quanto à liberdade para Magalhães, definidas como consciência de uma ação, seriam retiradas de Maine de Biran. Cf. Mace-do, Ubiratan Borges de. A liberdade no império. São Paulo: Convívio, 1977, p. 102.
- 21 Em certo trecho, pretendendo defender os direitos originários e a qualificação de “indígena” aos povos ameríndios, diria: “Confesso porém que na dificuldade em que se acha a etnografia de demonstrar a unidade, ou a pluralidade da raça humana, prefiro como mais plausível a tradição bíblica, tanto a essas conjecturas de alguns naturalistas e filólogos a vista de diferenças e modificações físicas exteriores, que a ciência cabalmente explica: como a esse fato geológico, que não é o que mais embarça: pois que a presença de milhões de povos no continente americano, sem que saibamos donde vieram, falando línguas que ainda se não reduziram a nenhuma das antigas, não impede o historiador, e outros muitos os considerem aborígenes, e

- os façam descendentes dos egípcios, dos cartaginezes, dos índios, das dez tribos de Israel, e de quantos povos antigos se conhecem". MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, t. 23, 1860, p. 10.
- 22 Sobre o discurso racial a partir de 1870 no Brasil, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- 23 MAGALHÃES, 1876, p. 59.
- 24 Segundo MACEDO (op. cit.), Magalhães voltar-se-ia a Kant, na coexistência da liberdade humana com a necessidade. Entretanto, Magalhães as unifica no divino.
- 25 Ver: "Canto décimo". In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. A confederação dos tamoios. 3. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura, 1994.
- 26 MACEDO, op. cit.
- 27 MAGALHÃES, 1876, p. 65.
- 28 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Philosophia da religião. In: _____. Opúsculos históricos e literários. Obras de Domingos José Gonçalves de Magalhães, t. VIII, Rio de Janeiro: Garnier, 1865, p. 276.
- 29 Citado por Queiroz, Maria Helena Pessoa de. A teoria da ciência e da moralidade em Gonçalves de Magalhães. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1976.
- 30 O autor cita a versão francesa Force et Matière, do original em alemão Kraft und Stoff, de Ludwig Büchner.
- 31 MAGALHÃES, 1876, p. 410.
- 32 Ibidem, p. 93.
- 33 Ver: Melo, Pedro Américo de Figueiredo. A ciência e os sistemas: questões de história e de filosofia natural. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.
- 34 Magalhães trava conhecimento com Pedro Américo em Florença. Cf.: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Epistolário acadêmico (cartas a Manoel de Araújo Porto Alegre). In: Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, v. 46, set.-dez. 1934.
- 35 Ibidem.